



REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS
Luanda, 22 de julho de 2011

Relatório da Direção Executiva
Discurso de Luanda

Excelentíssimos Senhores Ministros,
Demais Autoridades aqui presentes,
Meus senhores e minhas senhoras,

Gostaria de saudar os Ministros aqui presentes e iniciar a apresentação deste relatório, ressaltando o papel fundamental que a I. Conferência Internacional sobre o Futuro do Português no Sistema Mundial, realizada em Brasília, no ano passado, teve para o desenvolvimento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

A Conferência fixou com clareza a doutrina de que construir o futuro da língua portuguesa é tarefa de todos os países da CPLP. Podemos dizer que o Plano de Ação de Brasília atribui lugar ao Estado, ao Mercado e à Comunidade para a promoção da língua, para usarmos categorias a *Boaventura Santos* e cria oportunidade para que a nossa língua seja percebida, cada vez mais, como bem de cada um dos Estados e de seus cidadãos, o que implica na participação direta de todos com as tarefas da sua promoção, mas também na distribuição dos benefícios decorrentes da *economia linguística* produzida neste âmbito.

O *Plano de Ação de Brasília* inaugurou, para o IILP, a possibilidade de receber, orientando a sua atuação, claras instruções dos chefes de Estado e de Governo dos Países membros e, portanto, passou a permitir, à Direção Executiva, a construção de planos de atividades coerentes e embutindo perspectivas de médio e longo prazos.

Ressalto que uma dinâmica de Conferências como a de Brasília, realizadas a cada dois anos, num momento histórico tão propício como o atual para a afirmação da presença da nossa língua no mundo, é estratégia acertada para consolidar uma política comum da língua, que é o elemento mais significativo do nosso bloco internacional, classificado adequadamente de bloco geolinguístico. Gostaria, assim, de manifestar minha satisfação com a iniciativa de Portugal de sediar a II. Conferência em Lisboa em 2012.

Para fins de exposição, dividi este relatório em duas partes – Infraestrutura e Projetos – com o objetivo de apresentar os pontos mais relevantes das nossas atividades no período:

Infraestrutura

Para iniciar o cumprimento do Plano de Brasília foi necessário melhorar a estrutura do IILP, e, portanto, aprovamos um orçamento de reparação predial, necessário para que a simbólica Casa Cor-de-Rosa esteja à altura dos novos desafios.

O telhado da Casa Cor-Rosa foi removido e impermeabilizado com tela asfáltica, a rede de luz foi desmembrada e totalmente corrigida, a passarela suspensa foi refeita com novo madeirame e instalação de um sistema de segurança. Todos os funcionários receberam computadores novos e atualizados e temos agora internet sem fio em toda a casa.

Na Política de Comunicação, a instituição precisava ser conhecida e estabelecer relações firmes com as sociedades civis de todos os países para funcionar como Porto de Articulação de projetos na área da língua comum.

Por isso colocamos no ar no dia 18 de março o Blog do IILP, que até o momento ultrapassou os oito mil acessos, e a nova página do IILP na internet, com recursos de áudio e vídeo, que está no ar desde o Dia da Língua Portuguesa, 05 de Maio. Além disso, estamos nas redes sociais, recebendo e mandando informações para a sociedade global.

A página do IILP mantém, entre outras coisas, o *Catálogo da Língua Portuguesa*, uma ferramenta wiki (como Wikipédia), que centralizará e possibilitará o acesso aos dados dos tradutores, cursos de língua, institutos de pesquisa, editoras, bibliotecas e tantos outros tipos de instituições nas quais a língua portuguesa vive, a partir do auto-registro das instituições interessadas no mundo todo.

Para a melhoria da capacidade gerencial da instituição, e de acordo com as instruções do Tribunal de Contas de Cabo Verde, que anualmente verifica nossa situação documental, criamos a primeira versão do Manual Administrativo do IILP, a ser desenvolvida em consultação com o Conselho Científico e realizamos o Inventário da Instituição, ambos instrumentos fundamentais para que a estrutura do Instituto seja cada vez mais útil aos Estados Membros e mais transparente para a cidadania dos nossos países.

Mais importante, sem dúvida, foi termos recebido dois Investigadores do Programa Brasileiro de Leitorado como assistentes técnicos da Direção, enviados pelo Itamaraty – os doutores Inês Amarante e Dejair Dionísio – que atuam 32 horas semanais cada um no desenvolvimento dos projetos do IILP. Abre-se com este aporte a possibilidade de termos profissionais de outros países lusófonos integrando uma verdadeira equipe plurinacional, razão pela qual estamos em negociação com o Governo de Cabo Verde, depois de encontro com o Sr. Primeiro-Ministro, José Maria Neves, para passarem a atuar no Instituto também três funcionários do Estado Caboverdiano oriundos das relações exteriores, da educação e da cultura.

Refiro-me, em seguida, aos principais projetos realizados ou em realização neste momento:

I Seminário para Gestão de Educação Linguística de Fronteira no Mercosul

Teve início anteontem na cidade brasileira de Foz do Iguaçu o I Seminário para Gestão de Educação Linguística de Fronteira no Mercosul, reunindo docentes da Argentina, Brasil, México e Paraguai e 42 participantes institucionais, representantes de Ministérios de Educação, de secretarias de educação dos estados fronteiriços brasileiros, *ministerios provinciales* de educação, universidades e outras instituições, com o objetivo de pensar o ambiente fronteiriço, dentro dos Blocos Econômicos Regionais, como ambiente privilegiado de oportunidade de promoção das línguas em geral e do

português em particular, na esteira do desenvolvimento do Programa Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira do Setor Educacional do Mercosul (SEM), em funcionamento desde 2005 e no qual estão hoje 26 escolas públicas de quatro países para a construção do bilinguismo, português-espanhol, na América do Sul. Trata-se da primeira ação do IILP naquele continente e a temática é de especial relevância porque o português é língua de seis dos 17 Blocos Econômicos Regionais existentes no mundo, e que coloca cada país de língua portuguesa em contato imediato com países falantes de outras línguas.

O Seminário foi financiado com recursos da União Latina de Paris, e a organização geral no terreno coube ao Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), entidade brasileira que assessorou durante muitos anos o referido Programa Bilíngue Espanhol-Português do MEC brasileiro.

Guiné Equatorial

Tivemos dois encontros de trabalho com representantes do Governo da Guiné Equatorial, uma em Lisboa e outra em Malabo, neste caso integrando Missão da CPLP, chefiada pelo Embaixador da Boa Vontade Luis Fonseca, com vistas a elaborar o Eixo 1 do Plano de Adesão deste País como membro pleno da CPLP, isto é, o Eixo que trata da Implementação do Português, depois que este país a oficializou no ano passado.

Para tanto, formulamos conjuntamente com o Governo Equato-Guineense um Mini-Plano 2011-2012, incluindo ações que devem estar concluídas até à Cimeira de Maputo, no ano que vem, e que servirão de demonstração do interesse efetivo do país em ter o português como idioma oficial.

Ainda neste movimento, elaboramos um termo de cooperação técnica para assessoria linguística, prestada pelo IILP, aos projetos do país referentes à oficialização do português. Fixamos também os termos para a participação de uma Comissão Nacional da Guiné Equatorial como observadora nas reuniões do Conselho Científico do IILP, matéria neste momento à espera de aprovação pelas Comissões Nacionais para que o país possa já estar na Reunião Ordinária deste ano, que se realiza de 09 a 11 de agosto, na cidade da Praia.

A Guiné Equatorial acenou com a possibilidade de financiar uma missão de trabalho de uma equipe de linguistas lusófonos convocada pelo IILP, para pesquisar e publicar um livro sobre o Crioulo Português de Annobon, a ser lançado por ocasião da Cimeira de Maputo, documento que colabora com a visão de que a Guiné Equatorial tem em seu território um crioulo do português e, portanto, situa-se no âmbito de uma lusofonia ampliada.

Aproveito para ressaltar a importância, que se abre, para a Língua Portuguesa, com a inclusão do português no sistema educacional regular do país e convidar todos os países membros a conhecerem o Eixo Linguístico do Plano de Adesão e a juntarem esforços, no sentido de que venhamos a realizar nossas atuações através do IILP que representa a todos, e não isoladamente, o que poderia criar contradições e conflitos desnecessários em um processo tão delicado, que é o de termos êxito na implementação do português na Guiné Equatorial.

Vocabulário Ortográfico Comum (VOC)

Na esteira da ratificação e da entrada em vigor do Acordo Ortográfico de 1990, processo que avança em diversas velocidades, conforme o país, é necessário elaborar o Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC). O VOC será fruto da reunião e consolidação do vocabulário dos países membros numa única base, através de uma metodologia consensuada entre todos e que conformará a maior base lexical existente da nossa língua.

Esta base lexical tem múltiplas utilidades: ela é o alicerce de terminologias científicas e técnicas unificadas, necessárias para que o português não encontre dificuldade em se afirmar como língua das organizações internacionais, por exemplo no campo do direito e da economia.

O VOC permite ainda formular uma estratégia para unificar a língua na internet e no mundo digital, já que hoje o português é tratado como duas línguas diferentes: o português e o português brasileiro, o que dificulta a produção de insumos fundamentais como o corretor ortográfico, o tradutor automático, o sintetizador de voz, os dicionários on-line, os aplicativos de celulares e toda a gama de instrumentos que fazem parte hoje em dia das *Indústrias da Língua* e da *Economia Linguística*.

Para tanto obtivemos êxito na cessão, para o IILP, em março deste ano, do Vocabulário Ortográfico de Portugal (VOP) pelo Ministério da Cultura daquele país, e estabelecemos um Protocolo de Cooperação Técnica com o Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) de Lisboa, que desenvolveu e faz a gerência técnica do artefato. Na esteira deste processo, iniciamos negociações com a Academia Brasileira de Letras, na pessoa do Professor Evanildo Bechara, para solicitar a cessão do VOLP brasileiro e com o NILC - Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional da USP de São Carlos e da Universidade Federal de São Carlos, que dispõe de uma base de dados preparada para seus muitos projetos de Processamento de Línguas Naturais.

Esperamos ter técnicos de todos os países na I. Reunião Técnica sobre o VOC, a ocorrer na sede do IILP na cidade da Praia de 26 a 28 de setembro do corrente, com três metas: 1. Fixar postura comum em pontos ainda não totalmente consensuados do Acordo, 2. Desenvolver uma metodologia comum para a incorporação dos vocabulários de todos os países na geração do VOC, e finalmente 3. Desenvolver uma concepção de formação a ser oferecida pelo IILP aos países membros que ainda não dispõem do seu Vocabulário Ortográfico próprio, de maneira que o VOC possa representar a todos por igual.

Esperamos poder ter, a partir da Reunião, uma concepção metodológica pronta para o VOC de modo a incluí-lo no orçamento do ano de 2012, a ser apresentado ao Comitê de Concertação Permanente da CPLP, em novembro, para arrancarmos com a construção da base no início do ano vindouro, imediatamente após a aprovação da base orçamental de 2012.

Colóquios do IILP preparatórios à II. Conferência Internacional sobre o Futuro do Português

O Plano de Atividade da Direção Executiva, aprovado pelo CCP e pelo Conselho Científico do IILP, prevê quatro colóquios, com caráter de reuniões técnicas, sobre os

assuntos estratégicos designados no Plano de Ação de Brasília/2010 para a Promoção, a Difusão e a Projeção do Português:

- O Colóquio de Luanda sobre o Português nas Organizações Internacionais;
- O Colóquio de Fortaleza sobre o Português na Internet e no Mundo Digital;
- O Colóquio da Praia sobre o Português nas Diásporas;
- O Colóquio de Maputo sobre a Diversidade Linguística dos Países da CPLP.

Não tendo os recursos apresentados ao orçamento sido aprovados, solicitei meios ao Programa Palops do Fundo ACP - África, Caribe e Pacífico, da União Europeia, cujo resultado deveria ter sido divulgado até 15 de maio do corrente, depois 15 de junho, mas até agora a comissão julgadora, sediada em Bissau, não emitiu qualquer parecer sobre o assunto.

Diante disso, iniciamos a organização do Colóquio de Maputo, que ocorrerá de 12 a 14 de setembro, com meios próprios, e teremos nesta ocasião, pela primeira vez, um encontro dos gestores da diversidade linguística e do multilinguismo nos nossos países, para fomentar uma perspectiva comum sobre o assunto, trocar experiências e abrir a perspectiva de cooperação, considerando que nos países da CPLP são faladas 339 línguas, ou 5% da diversidade linguística do mundo.

O objetivo é fomentar o aprendizado do português em situações sociolinguisticamente complexas, que exigem abordagens novas, que vão muito além do tratamento do português como língua única, tradição dos nossos países que não tem conduzido a bons resultados e que se situa muito aquém do que recomenda a documentação internacional de que muitos são signatários, como a Declaração Universal da Diversidade Cultural das Nações Unidas, por exemplo.

Estive na semana passada em Yakutsk, capital da República de Sakha-Yacútia, na Sibéria, representando a Língua Portuguesa e as Línguas da CPLP na II. Conferência Internacional sobre a Diversidade Linguística e Cultural no Ciberespaço, um dos encontros preparatórios para a Cimeira das Nações Unidas para a Diversidade Linguística, proposta para o ano de 2017, e que reuniu representantes especialistas de 32 países. A Declaração de Maputo, a ser desenvolvida no encontro, conectar-nos-á com o movimento nas Nações Unidas e permitirá o mútuo conhecimento dos nossos corpos técnicos atuando em educação e desenvolvimento.

Estamos realizando este colóquio, como o primeiro da série, pela extraordinária disposição e capacidade de trabalho da Comissão Nacional Moçambicana, que gostaria de publicamente reconhecer e elogiar, na pessoa do seu presidente, Prof. Doutor Lourenço do Rosário e da Dra. Wanda do Amaral que chefia o secretariado da Comissão, e que imediatamente prontificaram-se a atuar para a realização do evento.

Para a realização do Colóquio de Fortaleza sobre o Português na Internet e no Mundo Digital, marcada para a última semana de janeiro do ano vindouro, temos indicativo de financiamento brasileiro através de recursos do Fundo Especial da CPLP. Para o Colóquio de Luanda, marcado para a última semana de fevereiro de 2012, temos indicativo de financiamento por parte de Angola, conforme negociações que ocorrem com sua Comissão Nacional. Apenas para o Colóquio da Praia, sobre o Português nas

Diásporas, assunto de relevância estratégica para nossa presença em várias partes do mundo, ainda não temos nenhuma via de financiamento estabelecida.

Levantamentos do Plano de Ação

O Plano de Ação de Brasília solicitou ao IILP, até a data de 31 de julho do corrente, a elaboração de três levantamentos estratégicos, visando iniciar uma base de dados comuns sobre assuntos operacionais ligados à Língua:

1. Instituições Formadoras de Tradutores do Português nos Países Membros;
2. Instituições Formadoras de Professores de Português nos Países Membros;
3. Perfil dos Alunos egressos do ensino secundário em Língua Portuguesa, o que passa pela análise dos instrumentos nacionais de medição de desempenho dos alunos, como é o caso do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio do Brasil, para tomar um exemplo.

Apesar de fixado na Ata da II. Reunião Extraordinária do Conselho Científico, ocorrida em Brasília, em dezembro do ano passado, que as Comissões Nacionais enviariam o material referente ao seu país para a Direção Executiva até 15 de Março, apenas Portugal enviou os materiais, e aguardamos, portanto, que as demais Comissões enviem os dados sem demora para que a Direção Executiva possa iniciar o processo de consolidação da base comum, a ser sediada na nossa nova plataforma Moodle.

Este caso mostra a necessidade de reforçarmos as Comissões Nacionais, munindo-lhes de possibilidades de trabalho como, por exemplo, a existência de um secretariado que permita responder com celeridade e qualidade às demandas nos nossos Estados fixadas no plano de atividades.

Haveria vários outros projetos em andamento a referir, mas o tempo é curto. Cito como exemplo, para finalizar, as negociações realizadas no final de junho com a Direção do Museu da Língua Portuguesa de São Paulo, que ofereceu ao IILP um escritório na sua estrutura, que permitiria aproveitar, de maneira racional, a grande sinergia entre as duas instituições, ambas voltadas para objetivos comuns de promoção da presença do português no mundo.

Todos estes pontos referidos exemplificam a ideia de que o IILP tem um grande potencial para a gestão da língua portuguesa.

O português é a única língua do mundo a contar com uma instância desta natureza, paritária, conjunta e democrática de gestão, e que permite o desenvolvimento de uma política linguística com a participação e o benefício de todos. Para isso, é necessário que o Instituto seja visto cada vez mais como um recurso que cada Estado pode utilizar para seus próprios interesses e necessidades, e que deposite no IILP demandas concretas da sua política linguística, a serem sanadas com o desenvolvimento de projetos e ações.

Para finalizar, gostaria de pedir vossa atenção para os seguintes pontos:

1. A necessidade de iniciarmos a preparação da II. Conferência sobre o Futuro do Português, com a montagem da Comissão Organizadora, a distribuição de tarefas e os início efetivo dos trabalhos;

2. A necessidade de aprimorar o mecanismo das Comissões Nacionais, atualizando seu perfil, integrando-as mais efetivamente nos seus respectivos Estados, de maneira que possam trazer para o IILP demandas deste Estado e levar soluções para suas políticas linguísticas. Para isso as Comissões Nacionais precisam contar com um secretariado capaz de organizar a agenda de trabalho e manter o ritmo das operações.
3. A necessidade de uma ampliação segura do orçamento do IILP para o ano 2012, da ordem de pelo menos 25% e o pagamento das cotas atrasadas dos Estados Membros, sem o que o próprio orçamento aprovado, na sua modéstia, não pode ser realizado;

Agradeço a gentileza da sua atenção e desejo aos Ministros aqui presentes êxito em todas suas atuações e especial êxito a esta Reunião ora em curso.

Muito Obrigado.